

Coragem contra as manobras

É DURO saber que na revisão do Orçamento Geral da União o Governo não se absterá de cortes nos programas sociais — saneamento rural, controle de endemias no Nordeste, suplementação alimentar, crédito rural para irrigação e outros. É cortar na própria carne e no próprio sustento.

A CIRURGIA é de emergência, bem sabemos, dentro do quadro de economia de guerra, ou quase, que é nosso horizonte imediato, na palavra do Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Mas continua, não obstante, uma cirurgia: a solução extrema, a última a se querer encarar.

NINGUÉM aceita sacrifícios reais, como esses, por muito pouco, ou por nada. E a Governo algum seria lícito impô-los sem a contrapartida do exemplo e sem a evidência flagrante de estarem eles sendo distribuídos equitativamente: que ao se chegar, assim, a ter de cortar na carne, já se cortou, e bem rente, na gordura.

O MINISTRO Mailson da Nóbrega denuncia uma burocracia estatal bem instalada, beneficiária de "muitos incentivos e generosos subsídios", a entrar a recuperação econômica e, logicamente, a prejudicar os programas sociais ora colocados diante de uma única alternativa, o corte. Por que tanta indiferença à solidariedade que a unidade nacional exige?

A REVISÃO orçamentária dos programas sociais importa em pelo menos liquidar-se antes uma dúvida: é verdade comprovada que um funcionalismo público, que representa apenas quatro por cento de nossa força de trabalho, leva 21% da folha de pagamento da União? A ser verdade, não valem à pena os sacrifícios impostos às coletividades carentes com os cortes nos programas sociais, deixando aos olhos de todos intacta essa afrontosa concentração de renda.

HA, dentro do Governo da União, cerca de 2.800 órgãos com competência para ordenar despesas; com a mão, portanto, sobre esse dinheiro público que precisa ser poupado, para que se justifiquem os cortes nos programas sociais e os sacrifícios em que se exaurem tantos contribuintes. Essa dispersão do poder de gastar está diretamente ligada com a formação de grupos de interesses dentro da burocracia estatal, à revelia de uma política econômica austera e dos interesses comuns e vitais.

SOMANDO-SE a administração direta e a indireta, temos, no setor público, a movimentação do equivalente a 44% do PIB nacional. E para que, se não para formar um sólido grupo de resistência à privatização, patenteado que tantas empresas estatais jamais disseram a que vieram? São empresas que gozam de uma autonomia irresponsável, garantida constantemente sua sobrevivência pelos recursos do Tesouro — com liberdade para or-

denar despesas e na dependência do Tesouro para cobri-las. Compreende-se que, acoitadas num mundo de privilégios estranho à natureza mesma de uma empresa, se antecipem na deserção sob uma economia de guerra; e que delas parta a resistência ao "corajoso programa de privatização" de que fala o Ministro Mailson da Nóbrega.

COMO se não bastassem tantos problemas ao se enfrentar notadamente a crise, vêm agora Governadores estaduais a querer tirar benefício político das agruras que se anunciam para todos: infundem-se de luzes para levar ao Presidente da República planos de emergência, enquanto renovam obstáculos ao cumprimento de qualquer plano ou programa — alardeiam seu favor à manutenção da URP para o funcionalismo público e reivindicam a suspensão da resolução do Banco Central que proíbe empréstimos aos Estados e Municípios. Põem-se à vanguarda, para uma ação conjunta; e se dedicam ao trabalho de sapa, na retaguarda.

É DURO saber dos cortes nos programas sociais do Governo. Mas é muito mais duro constatar as manobras dos que intentam sabotar-nos as esperanças, as esperanças que contrabalançariam a pena dos cortes. Manobras dentro dos Governos que deveriam primar pelo exemplo. Elas exigem um acréscimo de coragem.